Lição 9: A Synesis (Hábito do Juízo Reto em Casos Práticos Particulares)

> *Existem também a sínese e a asínese, segundo as quais dizemos que alguém é sensato e insensato, e não são de modo algum totalmente o mesmo que a ciência ou a opinião. Pois todos seriam sensatos. [1235]*
>
> *Nem é alguma daquelas que dizem respeito a uma parte das ciências, por exemplo, a medicinal, pois seria acerca das coisas sadias, ou a geometria acerca das grandezas; pois a sínese não é nem acerca das coisas que sempre são e imóveis, nem acerca das coisas feitas por qualquer um, mas acerca daquelas sobre as quais alguém, de fato, duvidará e deliberará. [1236]*
>
> *Por isso, na verdade, versa sobre as mesmas coisas que a prudência. [1237]*
>
> *Não é, porém, o mesmo a sínese e a prudência. Pois a prudência é preceptiva, já que o seu fim é o que é preciso fazer ou não; a sínese, porém, é somente judicativa. Pois é o mesmo sínese e eusínese, e também os sensatos e os bem sensatos. [1238]*
>
> *Ora, ter synesis não é ter nem adquirir a prudência. Mas, assim como aprender se diz syniene quando se usa a ciência, assim também se diz quando se usa a opinião prática para julgar acerca daquilo de que trata a prudência. E, segundo outro modo de dizer, é também julgar bem; pois eu equivale ao que é bem. E daí vem o nome synesis, segundo a qual alguns são ditos eusynechi, derivado daquele termo que se emprega no aprender; pois muitas vezes dizemos aprender por syniene. [1241]*
>
> *A virtude chamada gnome, segundo a qual dizemos que os homens são justos e têm reta avaliação, não é senão o juízo reto acerca daquilo que é equitativo. E disto há um sinal: dizemos que o homem de equidade é sobretudo inclinado à clemência, e que o equitativo possui certa medida de perdão em determinadas matérias. Ora, a signomyn é aquela que julga o que é equitativo, e o julga retamente; e é reta quando julga o verdadeiro. [1243]*

> *Ora, todos estes hábitos, razoavelmente, tendem para o mesmo. Pois falamos de gnome, de synesis, de prudência e de intelecto, atribuindo aos mesmos ter gnome, intelecto, e sendo prudentes e sensatos. Com efeito, todas estas potências versam sobre os extremos e os singulares. E naquilo em que é capaz de julgar acerca daquilo de que trata o prudente, é sensato, tem boa avaliação e é indulgente. Pois as coisas equitativas são comuns a todos os bens humanos naquilo em que se referem a outro. Ora, são coisas realizáveis, próprias de todos os singulares e extremos; pois é preciso que o prudente as conheça, e a synesis e a gnome versam sobre as coisas realizáveis; e estas são extremos. [1245-1246]*
>
> *E o intelecto, em ambas as ciências, versa sobre os extremos; pois é dos primeiros termos e dos extremos que há intelecto, e não razão. Este, segundo as demonstrações, é dos termos imóveis e primeiros; aquele, nas coisas práticas, é do extremo e do contingente e da outra proposição. Pois estes são os princípios daquilo em vista de que se age. Com efeito, dos singulares se extrai o universal. Portanto, é preciso ter destes uma percepção sensível, e esta é o intelecto. [1247]*
>
> *Por isso estas coisas parecem ser naturais, e ninguém é sábio por natureza, mas tem gnome, synesis e intelecto. E disto há um sinal: julgamos que estas aptidões acompanham as idades, e certa idade tem intelecto e gnome, como se a natureza fosse a sua causa. [1250]*
>
> *Por isso o intelecto é tanto princípio quanto fim; pois dele partem as demonstrações e a ele se referem. [1253]*
>
> *Por isso é preciso atender às enunciações e opiniões indemonstráveis dos experientes, dos mais velhos ou dos prudentes, não menos do que às demonstrações. Pois, por terem a visão que provém da experiência, veem os princípios. Ficou, pois, dito o que é a prudência e a sabedoria, e sobre que coisas cada uma versa, e que cada uma delas é virtude de uma parte diversa da alma.*

1235. ***Ora, há também a synesis*** etc. Depois de o Filósofo ter tratado da eubulia, aqui trata da synesis.

E a respeito disto faz duas coisas:

primeiro, compara a synesis com a ciência e a opinião;

segundo, com a prudência, em: ***por isso*** etc.

Quanto ao primeiro, faz duas coisas:

primeiro, mostra que nem toda ciência ou opinião é synesis;

segundo, mostra que nenhuma ciência é synesis, em: ***nem alguma única*** etc.

Diz, portanto, primeiro que a synesis, segundo a qual dizemos que alguns são sensatos, e o seu contrário, que é a asynesia, segundo a qual dizemos que alguns são insensatos, não é totalmente o mesmo que a ciência ou a opinião. Pois não há ninguém que não tenha alguma ciência ou opinião; se, portanto, toda ciência ou opinião fosse synesis, seguir-se-ia que todos os homens seriam sensatos; o que é evidentemente falso.

1236. Depois, quando diz: ***nem alguma única*** etc., mostra que nenhuma ciência é synesis. E diz que a synesis não é alguma das ciências particulares, porque, se fosse a medicina, seria acerca do são e do doente; se fosse a geometria, seria acerca das grandezas; ora, algumas outras ciências versam sobre as coisas eternas e imóveis, como as ciências divinas, a respeito das quais não se diz haver synesis; nem se diz também que verse sobre aquelas coisas que se fazem, seja pela natureza, seja pelo homem, das quais tratam as ciências naturais e as artes, mas versa sobre aquelas acerca das quais alguém pode duvidar e deliberar; e assim fica evidente que a synesis não é alguma ciência.

1237. Depois, quando diz: ***por isso*** etc., compara a synesis com a prudência.

E, primeiro, conclui do que foi dito a conveniência de ambas: pois, como a synesis versa sobre as coisas deliberáveis, sobre as quais versa também a prudência, como acima se mostrou, segue-se que a synesis versa sobre as mesmas coisas que a prudência.

1238. Segundo, em: ***não é, porém, o mesmo*** etc., mostra a diferença entre ambas.

E, primeiro, mostra que a synesis não é a prudência;

segundo, que não é a geração da prudência, em: ***ora, não é ter a prudência*** etc.

Diz, portanto, primeiro que, embora a synesis e a prudência versem sobre as mesmas coisas, todavia não são absolutamente o mesmo.

1239. Para a evidência disto, deve-se considerar que, nas coisas especulativas, nas quais não há ação, há apenas uma dupla operação da razão,

a saber, descobrir investigando

e julgar do que foi descoberto;

e estas duas operações são também da razão prática, cuja investigação é a deliberação, que pertence à eubulia, ao passo que o juízo acerca das coisas deliberadas pertence à synesis (pois dizem-se sensatos aqueles que podem julgar bem acerca das coisas a fazer); a razão prática, porém, não para aqui, mas prossegue ainda para a ação; e por isso é necessária uma terceira operação, como que final e completiva, a saber, ordenar que se proceda ao ato, e isto pertence propriamente à prudência.

1240. Por isso diz que a prudência é preceptiva, enquanto é seu fim determinar o que é preciso fazer ou não fazer, ao passo que a synesis é somente judicativa. E toma-se por uma mesma coisa a synesis e a eusynesia, isto é, o bom senso, assim como se dizem o mesmo synechi e eusynechi, isto é, sensatos e bem sensatos, cujo próprio é julgar bem. E assim fica evidente que a prudência é mais eminente do que a synesis, assim como a synesis o é mais do que a eubulia; pois a investigação ordena-se ao juízo como a um fim, e o juízo ao preceito.

1241. Depois, quando diz: ***ora, não é ter*** etc., mostra que a synesis não é a geração da prudência. E diz que a synesis, assim como não é o mesmo que a prudência, assim também não é o mesmo que ter a prudência ou que tomá-la, isto é, adquiri-la. Mas, assim como em grego aprender, que é certo uso da ciência, se diz syniene, assim também se diz syniene naquilo em que alguém usa a opinião prática ao julgar acerca daquilo de que trata a prudência. O que, segundo outro modo de dizer, pode chamar-se julgar bem; pois eu, em grego, equivale ao que é bem. Por isso o nome synesis, segundo a qual alguns são ditos eusynechi, como que julgando bem ou bem sensatos, provém daquela palavra, a saber, syniene, que se diz acerca daquilo que é aprender; pois muitas vezes chamamos syniene ao aprender.

1242. O sentido, portanto, é que syniene, em grego, significa certo uso de algum hábito intelectual, uso este que não é apenas aprender, mas também julgar; ora, a synesis se diz de syniene em razão daquele uso que é julgar, não em razão daquele uso que é aprender. Por isso a synesis não é o mesmo que ter ou aprender a prudência, como alguns pensaram.

1243. Depois, quando diz: ***a virtude chamada gnome*** etc., trata da terceira virtude, que se chama gnome. E, para a evidência desta virtude, deve-se retomar o que acima foi dito no livro quinto acerca da diferença entre a equidade e a justiça legal: pois o justo legal determina-se segundo aquilo que acontece na maioria dos casos, mas o que é equitativo é diretivo do justo legal, pelo fato de que é necessário que a lei falhe na minoria dos casos. Portanto, assim como a synesis importa juízo reto acerca daquilo que acontece na maioria dos casos, assim a gnome importa juízo reto acerca da direção do justo legal. E por isso diz que aquela virtude que se chama gnome, segundo a qual dizemos que alguns são eugnomonas, isto é, que sentenciam bem, e que têm gnome, isto é, que atingem a reta sentença, não é senão o juízo reto daquilo que é objeto da equidade.

1244. E disto há um sinal: dizemos que o homem que é equitativo é sobretudo indulgente, temperando a sentença com certa clemência, por assim dizer, e que o que é equitativo é dito ter signomen, isto é, certa medida temperada de perdão; e a própria virtude, que se chama signome, é a que retamente julga o que é equitativo. E é reta nisto: em que julga o verdadeiro.

1245. Depois, quando diz: ***ora, todos*** etc., compara entre si as ditas virtudes, e com a prudência.

E a respeito disto faz três coisas:

primeiro, expõe a conveniência entre estes hábitos;

segundo, prova-a, em: ***e naquilo em que*** etc.;

terceiro, infere alguns corolários do que foi dito, em: ***por isso, o intelecto é tanto princípio*** etc.

Diz, portanto, primeiro que todos os ditos hábitos tendem para o mesmo, e isto razoavelmente. E que tendam para o mesmo é evidente, porque se atribuem aos mesmos; pois falamos de gnome, de synesis, de prudência e de intelecto, atribuindo aos mesmos ter gnome e intelecto, aos quais chamamos prudentes e sensatos. E que razoavelmente se atribuam aos mesmos, fica evidente por isto: que todos os ditos hábitos, aos quais chama potências porque são princípios das ações, versam sobre os singulares, que, nas coisas realizáveis, são como extremos, conforme acima se disse acerca da prudência.

1246. Depois, quando diz: ***e naquilo em que*** etc., prova o que dissera.

E, primeiro, por meio da razão;

segundo, por meio de um sinal, em: ***por isso, também as coisas naturais*** etc.

Quanto ao primeiro, faz duas coisas:

primeiro, mostra que a synesis e a gnome versam sobre os extremos e os singulares, assim como a prudência;

segundo, mostra o mesmo acerca do intelecto, em: ***e o intelecto*** etc.

Diz, portanto, primeiro que é manifesto que a synesis e a gnome versam sobre os extremos singulares, enquanto o sensato e o de boa avaliação, isto é, o que sentencia bem, ou o indulgente, isto é, o que sentencia com temperança, é judicativo daquilo que o prudente ordena. Pois as coisas que são equitativas, sobre as quais versa a gnome, podem comumente relacionar-se com todos os bens humanos, dos quais é a prudência, enquanto cada uma delas se relaciona com outro, o que é próprio da noção de justiça; pois foi dito acima que o equitativo é certo justo; assim, bem se disse que a gnome versa sobre aquilo de que trata a prudência. E que todas estas coisas sejam acerca dos singulares e dos extremos, é evidente por isto: que as coisas realizáveis são singulares e extremos, ora, a prudência, a synesis e a gnome versam sobre as coisas realizáveis; por isso é evidente que versam sobre os extremos.

1247. Depois, quando diz: ***e o intelecto*** etc., mostra que também o intelecto versa sobre os extremos. E diz que o intelecto, em ambos os conhecimentos, a saber, tanto no especulativo quanto no prático, é dos extremos, porque dos primeiros termos e dos extremos, dos quais a razão começa a proceder, há intelecto e não razão. Ora, há um duplo intelecto,

dos quais um versa sobre os termos imóveis e primeiros, que são segundo as demonstrações que procedem dos termos imóveis e primeiros, isto é, dos princípios indemonstráveis que são os primeiros conhecidos e imóveis, porque o seu conhecimento não pode ser removido do homem;

mas o intelecto que está nas coisas práticas é de outro modo de extremo, a saber, do singular, e do contingente, e da outra proposição, isto é, não da universal, que é como que a maior, mas da singular, que é a menor no silogismo operativo.

1248. Por que, porém, se diz haver intelecto de um extremo deste tipo, fica evidente por isto: que o intelecto é dos princípios; ora, estes singulares, dos quais dizemos haver intelecto deste tipo, são

princípios daquilo que é em vista de um fim, isto é, são princípios ao modo de causa final.

1249. E que os singulares tenham a noção de princípios, fica evidente porque dos singulares se extrai o universal; pois, do fato de que esta erva produziu saúde neste homem, extraiu-se que esta espécie de erva vale para curar. E, porque os singulares são propriamente conhecidos pelo sentido, é preciso que o homem, destes singulares que dizemos serem princípios e extremos, tenha sentido, não apenas exterior, mas também interior, ao qual acima disse pertencer a prudência, a saber, a força cogitativa ou estimativa, que se chama razão particular; por isso este sentido que versa sobre os singulares chama-se intelecto, e a este o Filósofo chama, no terceiro livro Da alma, intelecto passivo, que é corruptível.

1250. Depois, quando diz: ***por isso, também as coisas naturais*** etc., manifesta o que dissera por meio de um sinal. Pois, como os ditos hábitos versam sobre os singulares, é preciso que de algum modo atinjam as virtudes sensitivas, que operam por meio de órgãos corpóreos, e por isso os ditos hábitos parecem ser naturais, não porque sejam totalmente da natureza, mas porque, a partir da natural disposição do corpo, alguns são prontos para estes hábitos, de tal modo que, por pouca experiência, se aperfeiçoam neles; o que não acontece com os hábitos intelectuais que versam sobre os universais, como a geometria ou a metafísica.

1251. E é isto o que ele acrescenta, que ninguém é dito sábio, isto é, metafísico, assim como tampouco geômetra por natureza, não porque alguns não sejam por natureza mais aptos para isso do que outros, mas isto se dá segundo uma disposição remota, não segundo uma disposição próxima, conforme a qual se diz que alguns têm naturalmente o bom senso e o discernimento e o entendimento, que dissemos ser acerca dos singulares.

1252. E o sinal de que tais coisas estão em alguns por natureza é que julgamos que elas acompanham as idades dos homens, segundo as quais se transforma a natureza corporal; há, com efeito, uma certa idade, a saber, a velhice, que, por causa da cessação das transformações corporais e animais, possui esse entendimento e esse bom senso, como se a natureza fosse a causa deles.

1253. Em seguida, quando diz: ***por isso também o entendimento*** etc., infere dois corolários do que foi dito.

O primeiro deles é que o entendimento, que discerne bem os singulares, nas coisas práticas não se comporta apenas como princípio, como nas coisas especulativas, mas também como fim. Nas coisas especulativas, com efeito, as demonstrações procedem de princípios dos quais há entendimento, mas não se dão demonstrações a respeito deles; ao passo que nas coisas operativas as demonstrações tanto procedem destes, isto é, dos singulares, como se dão a respeito destes, isto é, dos singulares. É preciso, com efeito, que no silogismo operativo, segundo o qual a razão move ao agir, haja uma menor singular e também uma conclusão que conclua o próprio operável, que é singular.

1254. O segundo corolário ele estabelece ali: ***por isso é preciso*** etc. Pois, como foi dito acima que o entendimento que é dos princípios operáveis segue à experiência e às idades e se aperfeiçoa pela prudência, daí vem que é preciso atender àquilo que opinam e enunciam acerca das coisas

operáveis os homens experientes e velhos e prudentes, ainda que não apresentem demonstrações, não menos do que às próprias demonstrações, mas até mais. Pois tais homens, por terem, a partir da experiência, o olhar, isto é, o juízo reto acerca das coisas operáveis, veem os princípios das coisas operáveis; ora, os princípios são mais certos do que as conclusões das demonstrações.

1255. Deve-se considerar, acerca do que aqui foi dito, que, assim como pertence ao entendimento, de modo absoluto nas coisas universais, o juízo sobre os primeiros princípios, ao passo que à razão pertence o discurso dos princípios às conclusões, assim também, acerca dos singulares, a força cogitativa do homem se chama entendimento, na medida em que tem juízo absoluto sobre os singulares; por isso ele diz que ao entendimento pertence a prudência e o discernimento e o bom senso; chama-se, porém, razão particular na medida em que discorre de uma coisa a outra, e a ela pertence a boa deliberação, que o Filósofo não enumerou entre estas nem disse que ela fosse dos extremos.

1256. Por fim, ele conclui dizendo que se disse o que seja a prudência, que é a principal nas coisas agíveis, e a sabedoria, que é a principal nas coisas especulativas, e acerca de quais coisas versam ambas, e que não estão na mesma parte da alma racional.

Revision #2
Created 11 October 2026 19:06:33 by Admin
Updated 17 October 2026 12:17:47 by Admin